

5

Conclusão: Monólogo do Internacional?

No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente. Não se queira. Viver é muito perigoso... Viver é muito perigoso... Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar.

Guimarães Rosa – Grande Sertão Veredas.

No primeiro capítulo, colocou-se que as relações entre os Estados apontam um contexto contemporâneo, onde é necessário um esforço de imaginação para pensar as fronteiras nacionais e as novas formas de expressão da autoridade estatal. Supõe-se hoje serem as fronteiras um dos principais pontos de conflito entre Estados, pessoas, grupos políticos e religiosos em associação às idéias da identidade e da cultura, que se reproduzem em boa parte das análises em vinculação com o território e com os fluxos de poder político e econômico⁹⁹. No entanto, desde o princípio de nossas discussões, buscamos ir de encontro à questão de que a cultura e a identidade seriam exclusivamente um resultado das pressões políticas e econômicas e que a mesma poderia ser a explicação para eventos atuais e instrumento de reflexão para os problemas ontológicos - aqueles que se referem à definição do ser e suas bases de formação - que muitas vezes são fonte de conflito na esfera econômica e política.

Com base na definição da linguagem de Bakhtin e no argumento teórico do construtivismo orientado pelas regras de que os atos de fala são práticas sociais, que ao mesmo tempo em que advêm do contexto social, também são formados e modificam esse, buscamos no segundo capítulo entender o que chamou-se de reconfiguração da identidade e do espaço político russo por meio da política

⁹⁹ É certo que a vinculação entre economia e política se dá desde o século XVIII, na perspectiva teórica, com os escritos de Adam Smith, dando origem à economia política internacional, embora muitos já vissem nos escritos de Hegel essa vinculação. Contudo, é inegável que hoje as grandes questões práticas e teóricas, refletidas muitas vezes em teorias de médio alcance - ao contrário do que era a economia política no passado - voltam-se para a economia política internacional e a cultura e a identidade entram muitas das vezes como hipóteses auxiliares para explicarem a formação de interesses nesses ambientes. Como apontado por Inayatullah e Blaney (Blaney & Inayatullah, 2004), a EPI fornece-nos o contexto no qual podemos fazer o contraponto e enxergar como a verticalização se repete nessa e como nessa podemos enxergar as possibilidades de sobrepor soberanias não só entre os Estados, iguais, mas também de interpor a culturas e de incorporar as diferenças como constitutivas do processo.

externa. Mas o que isso teria haver com a importância da esfera cultural e da identidade na prática e nas teorias sobre política externa?

Conforme discorrido no capítulo 1, expomos que as relações internacionais são relações políticas entre os Estados. Essas relações políticas trariam em si também a carga de serem relações sociais e culturais, onde os interesses nacionais são construídos com base em *diversos contextos sociais*, alimentados por fluxos culturais diversos, dentro e fora do Estado analisado. Por essa linha, ressaltamos que por as relações políticas acontecerem entre grupos sociais dentro dos Estados e, também, a partir da interação desses com outros grupos de outros Estados, ocorria uma *intertextualização* de diferentes contextos. Essa relação intersubjetiva origina relações sociais complexas de referência, de absorção e de exclusão, que argumentamos caracterizar as relações internacionais e especificamente a Rússia entre os anos de 1999 e 2001, período no qual se concentrou a análise. A importância da esfera cultural está em considerar que a cultura não é apenas o conjunto de práticas que molda uma determinada sociedade, mas sim o movimento dinâmico que se dá nessa intertextualização e na sobreposição das diversas esferas sociais, políticas e econômicas.

Esse movimento nos permite enxergar as mudanças em âmbito global em associação às do plano doméstico e a considerar que as identidades não são estruturas fixas, assim como não são fixos os contextos dos Estados que as apresentam e representam. Isso por que na representação pode até parecer que algumas identidades têm voz e que o sentido do Estado seja ampliado de modo a incorporá-las em práticas internacionais como a cooperação multilateral enfatizando a soberania do Estado. Mas, como vimos no capítulo 3, isso pode reiterar o fato de que a algumas identidades não é conferido o direito de se apresentarem simplesmente pelo motivo de ameaçarem essa ampla representação, como foi o caso da associação da Chechênia como um todo à prática terrorista.

Considerando a política externa como linguagem, tal qual apresentada por Bakhtin, com a capacidade de ordenamento ontológico e epistemológico nas Relações Internacionais como colocam os construtivistas orientados pela regras, desconsideramos a fronteira entre os níveis de análise doméstico e internacional. Guiados por essa premissa, colocamos a mesma como o lugar e a ação onde os dois espaços se interpenetram formando um só espaço de observação, que é a

própria relação intersubjetiva entre todas as esferas, o que chamamos de intertextualização. Com a implicação de tal visão teórica na observação da política externa, pudemos argumentar que a mesma era o veículo de expressão do Estado nas relações internacionais.

Cabe destacar que a epistemologia nesse fato tem uma posição bastante particular, pois não se trata de forma de produção de conhecimento desvinculada da realidade observável¹⁰⁰ (Kratowill, 2003, p.124; Lapid, 2003; Neumann, 2003). Os acontecimentos, as colocações de problemas cotidianos são a base para se produzir o conhecimento e as informações animados pelas questões que a produção de informação verticalizada pode trazer aos que não estão incluídos na realidade aceita pela maioria e é esse justamente o perigo de se transformar o diálogo em síntese (Smith, 2003). Por isso, volta-se a chamar a atenção para a contextualização do conceito de Estado e de política externa para a realidade que estamos observando, a Rússia, para chegarmos a algumas conclusões sobre o intertexto maior a que se refere: a construção da prática de política externa reproduzindo a identidade nacional em um movimento de exclusão.

Sendo veículo de sua expressão e meio pela qual ocorria a intertextualização, a política externa contribuía na formação da identidade dos Estados, em sua modificação e em sua reprodução externa e interna. Por isso, a chamamos de *linguagem do internacional*. Essa linguagem, como colocado, reitera as relações de exclusão no âmbito interno do Estado, na medida em que para formar a identidade nacional, outros grupos que não correspondem à comunidade política dessa são excluídos por a ameaçarem (Rae, 2002). Essa ameaça é rebatida pela violência política tanto no plano dos direitos políticos, como na utilização da força permitida pela forma geral de conceituação jurídica e política do Estado. A política externa aparece, então, como o diálogo entre os que compartilham da mesma conceituação, reforçando as propriedades de ação da mesma contra aqueles que não possuem a mesma forma e conteúdo. Essas propriedades conferem status relacional aos Estados em sua formação e reformulação, permitindo que o auto-reconhecimento recíproco desses na

¹⁰⁰ Contudo, cabe destacar que essa realidade observável varia de acordo com quem a está observando e com o contexto em que está inserida. Nesse sentido, o sujeito está vinculado ao objeto e essa realidade não é estática; seus fundamentos mudam de acordo com as contingências.

instituição da soberania, autorize a exclusão das identidades internas aos mesmos, que não são reconhecidas nessa prática dialógica, como vimos no último capítulo.

Com isso, vem a exclusão no discurso, na prática e nas próprias teorias das RI's sobre a política externa, que como ressaltado, estão no limiar entre teoria e prática¹⁰¹, devido às análises se darem posteriormente à prática, mas influenciarem novas formulações de política externa pelo conhecimento produzido. Por isso mesmo, agora volta-se à posição de política externa russa em 2001 para se entender como as ações facilitaram a exclusão a fim de ligarmos essas ações às teorias discutidas ao longo da dissertação, que se afastam do *mainstream* teórico, que acreditamos por suas análises também facilitarem essa exclusão.

5.1.

O 11 de setembro e a normalização da agressão contra a Chechênia

Nesse espaço das reflexões finais, a intenção é discutir que a justificativa pela luta antiterrorista começou a ser um ponto de maior aproximação no relacionamento da Rússia com o Estado hegemônico¹⁰², os EUA, que já tinha adquirido outras nuances desde o fim da Guerra Fria. Desde que George W. Bush assumiu a presidência norte-americana em 2001, o discurso de política externa dos EUA, tornou-se unilateral, mesmo sob todos os protestos de parceiros do discurso multilateral de Bill Clinton. A base para o diálogo para a integração no governo Bush recairá na manutenção da civilização, dos valores cristãos, de valores que colocavam o Estado, no caso os Estados Unidos, como a organização capaz de proteger todos do mal, simbolizado e concretizado em países que abrigavam organizações terroristas, principalmente os do Oriente Médio. Para

¹⁰¹Ver capítulo 2.

¹⁰²A discussão de hegemonia não é ponto dessa dissertação. Entretanto, como estamos falando de práticas discursivas e pronunciamentos, é importante ressaltar que na linguagem do internacional, conforme explicitado no capítulo 1, as várias relações que ocorrem no ambiente social no qual o discurso se propaga e se forma são relevantes em perspectiva bakhtiniana. Se um dos discursos e contextos sociais que permeiam o sistema é o de uma potência dominante que acaba impondo certos padrões relacionais aos quais a linguagem responde, vale ressaltar seu papel na formulação do discurso de política externa analisado, até por que por aí podemos notar uma das características da identidade.

isso, formulou-se até a expressão *eixo do mal*, para classificar os supostos ameaçadores da ordem ocidental liderada pelos EUA. Frente ao suporte encontrado no discurso norte-americano e no contexto dos ataques do 11 de setembro, Putin pôde assumir a fala conservadora e contribuir na formulação da política externa para a propagação da identidade russa, tal como se caracterizava no discurso LE, como destacamos nos capítulos 3 e 4.

Como explicitado no capítulo 3, a construção dessa identidade pelo seu discurso está ligada à idéia de unicidade da tradição russa, bem como à busca pela aproximação da modernidade pela manutenção do princípio da soberania, que permitiria que na instituição do Estado as diferenças pudessem ser legalmente e racionalmente controladas pelo monopólio do uso da força¹⁰³. Essa característica de unicidade, refletida também no discurso unilateral da política externa norte-americana, proporcionou à identidade presente no poder na Rússia o apoio na interação com o internacional para transformar a leitura que esse Estado fazia da soberania em possibilidade de realização dos interesses corporativos dos grupos políticos que a pronunciavam.

Em outras palavras, a maneira como a sociedade internacional¹⁰⁴ reagiu aos ataques de 11 de setembro veio a tornar aceitável o comportamento e legítima a forma como a identidade corporativa, que representava a identidade nacional russa

¹⁰³ Note que tradição e modernidade, nesse ponto, não são antagônicas. Na verdade, para a autora em nenhum ponto são; ver Compagnon, 1996. A modernidade vem como uma forma de conter a diferença, e unificar tal como tradição faz, mas de maneira institucionalizada, controlada por uma burocracia, por um corpo político especializado que impetra a força legalmente, como maneira de manter a ordem. Ainda no século XV, observa-se isso a partir dos movimentos que levam à assinatura do Tratado de Westphalia em 1648 (Inayatullah & Blaney, 2004; Van Creveld, 1999). É importante lembrar que a manutenção da ordem pela tentativa racional de conter a violência por meio do Estado está presente na literatura de Ciência Política desde Thomas Hobbes (Walker, 1993; Inayatullah & Blaney, 2004).

¹⁰⁴ Aqui podemos entender esse conceito tal qual explorado pelos autores da Escola Inglesa, pelos quais a Sociedade Internacional preservaria valores predominantemente do mundo ocidental e seria uma espécie de grupo unido por idéias e interesses comuns entre os Estados, em uma associação natural. Nessa, os Estados diminuiriam os efeitos da ausência de poder do sistema internacional, caracterizado pela anarquia, na criação de uma sociedade anárquica, sem um governo central, mas alimentada por uma série de princípios regentes que guiariam o comportamento dos Estados. Nas palavras de Hedley Bull: “all historical international societies have had as one of their foundations a common culture. On the one hand, there has been some element of a common *intellectual* culture - such as a common language, a common philosophical and epistemological outlook, a common literary or artistic tradition - the presence of which served to facilitate communication between the member states of the society. On the other hand, there has been some element of common *values* - such as a common religion or a common moral code - the presence of which served to reinforce the sense of common interests that united the states in question by a sense of common obligation” (Bull, 1977, p. 316).

no momento, apresentava-se. Essa legitimidade reforça a idéia de que os sujeitos de política externa compartilham conceitos comuns que tornam o diálogo entre eles possível. Com isso, constitui-se o ambiente propício para a criação de uma linguagem própria calcada na ordem normativa internacional, tornando-se *linguagem do internacional*¹⁰⁵, entretanto, sob o perigo de reforçar a síntese, que, quase sempre origina exclusão na política internacional, como vimos com o caso da Chechênia.

Conforme apontado, os ataques permitiram que os Estados se apresentassem sob uma linguagem na qual a agressão se torna cooperação - alguns mais agressivos como foi o caso dos EUA e de todos os países que o apoiaram na decisão de entrar no Afeganistão como retaliação às explosões - sob a bandeira da luta contra o inimigo terrorista. Não que antes dos ataques os países europeus e, principalmente, os EUA estivessem fazendo algo concreto para cercear as ações na Chechênia, mas havia reprovação, e era considerada a possibilidade de sancionar a Rússia economicamente para forçar a entrada de missões de observadores internacionais. Com o 11 de setembro, as já incipientes críticas do início dos anos 2000 e da primeira metade de 2001, tornaram-se assunto praticamente exclusivo de organizações não-governamentais e das agências especializadas da ONU, além de organizações européias, como a OSCE, responsáveis por medidas de cooperação funcional¹⁰⁶, e não por uma mudança de curto prazo e de reversão, em especial, dos civis chechenos.

A partir desse momento, o apresentado como as características do monólogo no primeiro capítulo passam a ficar claras e a serem justificadas nos próprios pronunciamentos. Essas ao mesmo tempo em que sustentarão legitimamente práticas violentas, não só fisicamente, como também na própria

¹⁰⁵ Sob os termos já discutidos no capítulo 1.

¹⁰⁶ Uma dessas agências foi o Escritório para as Instituições Democráticas e os Direitos Humanos da Organização para a Segurança e Cooperação Européia (ODIHR/OSCE) e o Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), juntamente com o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da Organização das Nações Unidas (ONU). Quando se diz que esses órgãos promovem a cooperação funcional significa que há uma em conjunto voltado para os assuntos específicos pelos quais são responsáveis, que promovem uma espécie de integração de procedimentos nesses assuntos que trazem mais ganhos ao associados do que se estivessem isolados. Como a própria expressão denota, a cooperação tem uma função específica, que não necessariamente leva à integração dos Estados, mas que também pode levar, a medida que esses vão ser gerenciados por uma mesma instituição, podendo gerar uma forma de aprendizado integrado. Para essa discussão, ver Haas, 1964; 1990.

convivência social em relação aos chechenos, contribuirão para a construção de ações que reificarão a posição desses como *Outros*, que ameaçam à ordem interna e à internacional na equalização do que eram os rebeldes com os terroristas islâmicos. É certo que muitos dos rebeldes chechenos, como colocamos no terceiro capítulo, acabaram se associando à luta islâmica. Contudo, a construção social externa aos chechenos - do que todos eles seriam em seus próprios termos - ilustrada na destruição de cidades inteiras e na aplicação da violência política - acabou por aproximá-los cada vez mais da rotulação de bandidos e terroristas. Isso dado que a mesma construção deixava poucas condições para que vivessem de maneira diferente, com o discurso apontando para o pertencimento de uma identidade inferior, como era na época imperial russa e durante o regime soviético.

Esse duplo movimento de não reconhecimento dos russos nos chechenos, resultando na opressão política e social exacerbada pelas conseqüências da guerra prolongada, levou aos radicalismos. Duplo movimento que relacionamos aos fatos e às perspectivas trabalhadas para a formulação do argumento da exclusão na política externa com a discussão do *como* as relações internacionais acabam naturalizando o problema da diferença na equalização ou na violência (Inayatullah & Blaney, 2004). Esse movimento acaba por se ligar também à dupla leitura da soberania e à performance política do Estado por meio dessa (Ashley, 1988; 1987), só que com a distinção de apontar as possibilidades de inclusão da alteridade, mesmo que sem propostas definitivas e concretas. A violência vai então além da força física e se instaura no imaginário político russo e nas relações desse com os demais Estados. Cabe ressaltar, que em uma situação de conflito, nem os imaginários, tampouco os interesses são monolíticos. Há uma correspondência no nível geral, mas na prática cada parte é composta por subgrupos que agem por suas próprias agendas¹⁰⁷, ainda mais quando se trata de uma Federação que tenta firmar uma identidade sobre tantos outros fragmentos de identidade. Conforme Bettina Schimidt e Ingo Weber:

Elements of history are decontextualised and reinterpreted as a part of a communal legend of confrontation, creating an imaginary of internal solidarity and outside hostility. Antagonistic discourses are not invented or discontinuous with history, but fragments of memory are shifted in order to constitute new definitions of

¹⁰⁷Para uma ampla respeito da antropologia do conflito e da violência, ver Schmidt e Weber, 2001.

collective identities. (...) As the post-communist scenario shows, after the collapse of the grand narratives and overarching power structures there is a need to create new bonds of loyalty, even if this involves redefining one's neighbour as an ethnic antagonist (Schmidt & Schroeder, 2001, p.12).

Um perigo claro pode surgir quando se discute a diferença e as formas de opressão dessa sob o modelo do *Outro*, que sofre violência por parte de um determinado grupo que esteja governando a instituição política, seja esse consagrado na identidade nacional. Essa ameaça é a de reversão do direito de praticar a violência para o oprimido e, assim, a permissividade de justificar que algumas questões éticas sejam camufladas pela força e pela guerra. Dessa forma, estaríamos apenas revertendo quem pronuncia o quê e a pretensão é mostrar justamente que a violência ocorre pela não admissão de que haja vários proferidores ou muitos, autorizados a “escrever” as práticas políticas (Connolly, 1989). Para alguns autores, os muitos autorizados podem estar descartados pela condição moderna de o sujeito possuir uma identidade única, que é transferida para o Estado na forma da soberania que garante que a unidade impeça a barbárie do ambiente externo (Inayatullah & Blaney, 2004).

Portanto, a intenção não é a de pelo instrumento e recorte teórico da linguagem como prática social e cultural, e da cultura como base de análise satisfatória, justificar toda e qualquer ação daquele transformado em *Outro*, pois os pares do diálogo exclusivo só estariam sendo transportados para outros sujeitos e a exclusão estaria sendo perpetrada por outros meios. O que pretendemos mostrar, sob o aspecto da política externa, é que tal ação facilitou a exclusão no âmbito interno e externo daqueles grupos que são os *Outros* dentro das fronteiras do Estado. Exatamente pela política externa ter sido construída na confluência dos dois níveis, indicando que não houve separação entre esses, os *Outros interiores* são igualados aos *Outros* fora das fronteiras, não só físicas, mas também ontológicas e epistemológicas das Relações Internacionais. O que significa que esses *Outros* não são necessariamente outros Estados, mas são a diferença que não pode ser ou existir nas práticas discursivas internacionais, que não pode produzir o conhecimento de si mesma em suas ações ao não possuir voz nos discursos, como é o caso da Chechênia até hoje. Muito pouco foi feito em relação a essa região e as conseqüências são as menos ponderadas possíveis, como

pudemos assistir com o ataque na escola infantil de Beslam e no assassinato do presidente checheno Aslan Maskhadov.

No caso da Rússia entre 1999 e 2001, as narrativas do passado de domínio somadas à instabilidade interna do contexto político, por motivos vindos tanto do exterior como de seu interior, garantiram a credibilidade doméstica e internacional da identidade LE. Em âmbito interno, essa se firmou na insegurança da população, advinda da crise do rublo em 1998 e na ameaça de desintegração da Federação. Apesar de no governo Putin, o fator recentralização ter apontado para alguns atos radicais na política doméstica¹⁰⁸, a política externa indicou moderação nos assuntos internacionais.

Matthew Evangelista chama esse contraponto de *ditadura da lei*¹⁰⁹, e aponta que tal expressão, freqüente nos discursos de Putin, mostra que a dureza interna era para garantir a expressão da coesão externamente. Unindo isso ao discurso da identidade LE em suas relações da leitura interna e externa, a *ditadura da lei* evidencia-se como garantia da coesão da identidade nacional e da reprodução da soberania russa. Essa parece ser para Putin a leitura do exercício da soberania em tempos de ameaça ao Estado; a imagem de um sujeito que podia discutir de igual para igual com a UE e com os EUA, mesmo que esses dois atores estivessem em eixos diferentes da formulação de política externa. Isso por que a Rússia se considerava tão Ocidente quanto esses e seus objetivos de se tornar novamente indispensável no cenário internacional requereria abertura ao diálogo com os dois eixos centrais da política internacional. Lembremos que os pontos de aproximação ou de afastamento estavam diretamente voltados para a questão chechena, cujos cálculos políticos das ações eram alimentados *prima facie* pela unicidade da identidade nacional e pela necessidade de uma profilaxia, que impedisse a Federação de seguir o mesmo destino da URSS (Evangelista, 2002).

¹⁰⁸Encontramos quantidade considerável de matérias na Radio Free Europe sobre ações policiais no governo Putin, principalmente de repressão, que usaram métodos muito parecidos com os usados na época soviética para os que protestavam contra as ações do presidente. Além disso, o Kremlin continuou com independência para criar leis e para decidir sobre todos os assuntos referentes à Federação, não só assuntos de segurança nacional e de política externa, por exemplo, como é o normal em uma unidade federativa. O Executivo russo continuou a ter o poder de fiscalizar as antigas repúblicas e regiões e também formou sete distritos para facilitar o controle do território federal, cujos capitais são consideradas federais e possuem representantes plenipotenciários do Executivo.

¹⁰⁹Essa expressão foi amplamente usada na campanha presidencial de Putin em 2000 (Evangelista, 2002).

O *Outro interior*, no contexto da *ditadura da lei*, é associado à patologia da ordem normativa e transformado na patologia interna, nos termos de Helen Rae, impedindo o Estado de ser único, homogêneo e coeso (Rae, 2002). No caso russo, impede a forma de pronunciamento da identidade LE. O mais interessante nessa perspectiva para nossa observação é se ressalta o papel da cultura na formação não só da identidade coletiva interna, mas da ampliação dessa para alguns termos gerais, que são na realidade os que facilitam as ações da identidade nacional em operação por associação a uma comunidade política mais ampla. Nesse sentido, o Estado passa a ser uma comunidade política per se e a condição de homogeneização (para Putin, a *ditadura da lei*), torna-se necessária à sua formação e à constituição da identidade que o representa. Nas palavras de Rae:

State formation has a crucial dimension, a dimension overlooked by other theories of state formation, which regard culture, if they mention it at all, as merely an instrument of either economic or proscutean interests. State-builders must establish their right to rule, as well as the legitimacy of the political order they seek to establish and to consolidate. This involves two tasks: the construction of a unified political community within the bounds of their territorial rule – a community with a single, cohesive identity – and the identification of the monarch or the national government as the political embodiment or representative of that community (Rae, 2002, p.2).

O contexto de discussão dessa autora é o da violência institucionalizada do Estado, que são base de sua formação ainda no século XVI, com o objetivo de afastamento da ausência de ordem e da institucionalização difusa, embora hierárquica, do medievalismo. No entanto, essa base do processo de formação do Estado não se modificou tanto assim e, hoje, as burocracias governamentais, versão material das identidades que têm legitimidade para governar dentro da comunidade política estatal, fazem isso unindo a verticalidade doméstica aos pronunciamentos compartilhados da sociedade internacional, que acreditamos a política externa fazer remissão.

Dentro de nossa discussão, movimentos desse tipo justificam a guerra total contra os chechenos, pois se tratava de eliminar toda a forma social e cultural que ameaçava os projetos de recentralização de Putin, representante da identidade LE. Sendo o território base de produção da identidade nacional, seria inaceitável perder o domínio de parte dele para uma comunidade política diferente, com a qual não se pretendia dialogar, a qual, conseqüentemente, não se reconhecia. Cria-

se e institucionaliza-se o espaço para o monólogo interno, abre-se a possibilidade para o monólogo em âmbito internacional.

O 11 de setembro veio reforçar esse contexto e esse discurso e, dessa forma, a ameaça se torna intertextual e se justifica e se consolida por uma luta muito maior: a preservação da humanidade consagrada e protegida pelos valores ocidentais. Assim, alguns Estados diminuem os questionamentos sobre a autoridade da Rússia em manter a invasão de 1999. Essa diminuição não é fruto de indução e pode ser comprovada pela análise dos relatórios repassados à imprensa internacional nos encontros do Chanceler russo, Igor Ivanov, e do presidente, Vladimir Putin, com líderes europeus e norte-americanos tanto da parte da assessoria russa como da dos últimos. Antes desse evento, a Rússia precisava assumir uma posição de defesa constante quanto à ameaça de sanções por parte da comunidade internacional por causa das ações na Chechênia. Veículos de comunicação mais críticos como a Radio Free Europe destacavam a questão:

U.S. analysts say Russia may risk sanctions if it continues the war in Chechnya, resulting in further damage to relations with the West. International tension has risen in the past week with the Russian campaign to capture Grozny and the growing refugee problem. Moscow's rejection of U.S. and European appeals to end the fighting has led to calls for penalties, including a cutoff of aid. (...)The recommendations go beyond those of U.S. presidential candidates, including Republican Texas Governor George W. Bush, who has said that Russia should not expect multilateral loans if civilians in Chechnya are bombed. In interviews with RFE/RL, some U.S. analysts say that the risk of sanctions will increase as Western sentiment solidifies against the war. (...)On Saturday in Helsinki, the leaders of the 15 nations of the European Union stopped short of calling for sanctions. But they condemned Russian actions in Chechnya, threatened to review the EU relationship with Russia and vowed strict enforcement of trade agreements, saying that some terms have not been fulfilled. There were also signs of softening in Moscow's line as officials extended the deadline for the bombardment of Grozny and offered safe passage to its citizens. Although experts see a rising risk of harsh measures if the war continues, some warn that sanctions against Russia would be both ineffective and destructive (Michael Lelyveld in RFE/RL, 13/12/1999).

Ou seja, antes do 11 de setembro, os próprios líderes norte-americanos chamavam a atenção para a possibilidade de a comunidade internacional impor alguma restrição à Rússia, o que para esse Estado seria grave mediante suas intenções de inserção no internacional de igual para igual. No entanto, deixar a Chechênia se separar ou perder o controle da situação, poderia igualmente prejudicar a visão do Ocidente sobre a soberania russa, de modo a comprometer

um dos principais eixos de identificação do grupo do poder a partir de 1999. Todavia, os ataques do 11 de setembro trazem o sentimento de ameaça para dentro da sociedade norte-americana e o mote da luta antiterrorista acaba tornando a defesa russa desnecessária, pois a alegação da Rússia de já sofriam dessa ameaça há algum tempo, retira qualquer possibilidade de sanção. Por isso mesmo, o ministro russo das Relações Exteriores, Igor Ivanov, não deixou de marcar a solidariedade russa para com os EUA frente à comunidade política internacional em seu pronunciamento na 56th Assembléia Geral da ONU em setembro de 2001:

The recent tragedy bears dramatic evidence that the sweeping changes in all spheres of life of the modern society, generated by globalization, may entail both positive and negative consequences for mankind.

On the one hand, the danger of global nuclear confrontation has become a thing of the past, while new advances in science and technology and rapid expansion of world trade and economic relations create prerequisites for the sustainable development of all mankind. On the other hand, the benefits of globalization have turned out to be simply inaccessible for most states, and the gap between the most developed and the least developed countries continues to grow rapidly. *Finally, the world has encountered new threats and challenges, such as aggressive separatism, organized crime and illegal drug trafficking, in addition to international terrorism*¹¹⁰.

Under these circumstances, the international community is facing the grand task of giving an adequate and, what is most important, a collective response to the challenges of our time. There is an urgent need to develop a joint action strategy which could make use of globalization for a just and fair resolution of the key problems that mankind is facing and for strengthening universal security. In this context, we subscribe to the idea, voiced in the report of the Secretary-General on the Work of the Organization, that it is necessary to strengthen and enhance the role of the United Nations as an indispensable instrument for maintaining international peace and security and for mobilizing people of the world against new, unprecedented threats (Igor Ivanov - discurso na 56th Assembléia Geral da ONU em 24 de setembro de 2001).

Não que o 11 de setembro tenha mudado todas as posições internacionais com relação ao conflito russo checheno, mas a argumentação e a justificativa assumiram uma nova construção. Podemos dizer que essa se articulou com as percepções de ameaça internacional, interpelou os *Outros exteriores* - a Europa e os EUA - a partir desse discurso e a ameaça chechena, que era em maior escala à Rússia, passa a ser a todos os Estados, favorecendo a construção contemporânea de inserção multilateral e de liderança do interesse nacional russo. Vale ressaltar, contudo, que mesmo antes dos ataques nos EUA, as críticas mais severas às ações

¹¹⁰ Grifos da autora.

russas não vinham de outros Estados e, sim, da comunidade interna, principalmente de jornalistas e de ativistas de direitos humanos.

Por isso mesmo, centenas deles foram mortos na primeira guerra chechena e vários foram impedidos de chegar perto de Grozny para reportar o ocorrido à opinião pública internacional¹¹¹, silenciando as atrocidades praticadas na região. Alguns jornalistas como Andrei Babitskii, repórter da *Radio Free Europe/ Radio Liberty*, detido por tropas militares russas no início de 2000, e que permaneceu preso por meses sob a acusação de estar favorecendo o lado checheno, eram acusados de não serem *russos de verdade* e de estarem do *lado dos bandidos*. Nas palavras de Putin, “Babitskii não era um *patriota*, estava trabalhando para os *bandidos*, além de levar a população a não entender o ideal pelo qual os soldados russos estavam lutando na Chechênia” (Corwin, 2000). Essas posições contra a imprensa internacional, antes plenamente discutidas pela comunidade internacional, passam a ter menos peso no freio à inserção russa no sistema internacional.

Ademais, até os ataques, a articulação do discurso russo para se desconectar das acusações de ilegalidade pelas ações na Chechênia assumia uma outra construção. Nas respostas de Vladimir Putin e de seus assessores à comunidade internacional, o problema levantado era que os outros países considerados parte da comunidade internacional, tais como os europeus e os Estados Unidos, ao fazerem críticas estavam impondo dois pesos e duas medidas para avaliar um ato que já haviam praticado. Para os russos, esses já haviam infringido o direito da guerra, como foi o caso do bombardeio dos aliados sobre Dresden, na Alemanha, e não podiam exigir que seu país fizesse isso sob pena de estarem usando a norma para benefício próprio (Evangelista, 2002, p.165). Todavia, muitas das regras hoje absorvidas por esses Estados ainda não estavam em vigência na época. Mas, os líderes russos acabaram trazendo os Estados, antes contra eles, para seu lado, quando o discurso de defesa de uma possível intervenção passou para o da preservação da identidade coletiva estatal. Com isso, pela política externa, a idéia era a de aproximação com os princípios internacionais, o que mostraria que aquela identidade em operação na Rússia estava impetrando uma guerra justa, onde os

¹¹¹Para números e detalhes, ver Politkovskaya 2003a, 2003b.

meios eram justificados pelos fins, que eram em última instância a manutenção das bases da sociedade internacional.

Por essa argumentação, a guerra é travada a favor da sociedade internacional como um todo, da cultura compartilhada por essa, que identificamos em parte pelos pronunciamentos de política externa. Nesse ponto, é que a política externa passa de diálogo a monólogo, pois a autodefesa do sujeito estatal russo, o fim, torna-o meio para exercer violência a partir da autodefesa em nome dos demais Estados. Essa é a exaustão do sujeito.

Já na primeira metade de 2001, mesmo antes dos ataques nos EUA, esse movimento de aproximação despontava, quando em julho, no encontro do G8 em Gênova, chefes dos EUA, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália e Canadá nada disseram sobre a escalada das ações militares na Chechênia. Nessa ocasião, Bush apoiou Putin e disse simpatizar com a firmeza do presidente russo em lidar com o extremismo e em se preocupar de maneira profunda com o fato ao refletir sobre o que isso significava para a Rússia (Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa, 20 de julho de 2001) .

O pronunciamento de Bush, segundo editorial do Washington Post de 21 de julho de 2001, teve o poder de silenciar quase todas as outras críticas feitas pelos governos ocidentais, e fortaleceu Putin para que ele dissesse ainda mais falsidades sobre a situação na Chechênia (Washington Post, 21/07/2001). Segundo o mesmo editorial, na coletiva que Putin concedeu, ao ser perguntado sobre se havia limpeza étnica na Chechênia, ele disse que tal ato na Rússia se resumia a conferir os vistos nos passaportes e enrijecer as medidas para identificar quem estava na lista de procurados do serviço de segurança da Federação. Conforme expresso no editorial, como a administração Bush estava comprometida em construir o escudo antimísseis para a proteção nacional, não poderia mesmo criticar as medidas de Putin, e isso se apresenta como mais um ponto de passagem ao monólgo, mesmo antes dos ataques. Como publicado no jornal:

In a great hurry to win Moscow's acquiescence to a modification or abrogation of the Anti-Ballistic Missile Treaty, Mr. Bush has abdicated U.S. authority to speak out about human rights in Russia and given Mr. Putin a free pass to pursue the most bloody and criminal campaign of military repression now in the world (Washington Post, 21 de julho 2001).

Assim, a justificativa russa não foi contestada por nenhum Estado ocidental e, desde esse momento, articula-se com o internacional a luta antiterrorista, mesmo que fosse só para afastar a possibilidade de intervenção.

(...) in the wake of September 11 the Rússia Government has given higher prominence to the terrorism “frame” in its interpretation of the chehen war. Moscow has sought to persuade the West that the conflict in Chechnya is aa acceptable and necessary part of a global war against terror. The Russian government seeks, at a minimum, noninterference of the West as it pursues its war. Beyond that, it would apparently welcome cooperation and an explicit endorsement of its fight against what it considers internationally sponsored terrorists (Evangelista, 2002, p.180).

Nos primeiros meses após o 11 de setembro, as críticas em relação à Rússia não ocorreram de imediato. O parlamento europeu e organizações não governamentais com enfoque em direitos humanos continuaram apontando que as ações militares eram arbitrárias, envolvendo também os civis. Junto com a oposição das ONG’s estava também o trabalho da mídia, e mesmo o Anuário de Direitos Humanos do Departamento de Estado norte-americano continuava indicando a violação do regime de direitos humanos na Chechênia (U.S.State Department, 2001). Contudo, isso foi apenas nas primeiras semanas, pois depois o órgão se dispôs a apoiar a conduta russa. Como explicitado na entrevista com o chanceler Igor Ivanov pouco tempo depois dos ataques, em visita a Washington:

As is known, Russian President Vladimir Putin raised the subject of terrorism as an urgent issue during the G8 summit held in Genova this year. Russia knows not by hearsay what is terrorism, and all through the recent period called *on the international community to join forces in the struggle with this global evil* (Igor Ivanov – entrevista à rede ITAR-ITASS).

Da mesma maneira, na coletiva sobre o encontro que teve na mesma viagem a Washington com o Secretário de Estado norte-americano, Ivanov diz:

We've discussed with US Secretary of State Colin Powell a broad range of issues, but I will begin with terrorism, with the tragedy that took place on September 11. *Undoubtedly, this crime, unprecedented in scale, goes far beyond the national borders of the United States*¹¹². *An impudent challenge of international terrorism has been thrown down to all civilized mankind.* This again confirms an urgent need for joint efforts by the world community in the fight against the new threats and challenges, particularly international terrorism. Russia and the United States have agreed to closely coordinate their actions here. On various issues we will have appropriate working groups in place, one of which has already begun work. Coordination of efforts will also proceed between the respective agencies. At the

¹¹²Grifos da autora.

same time we feel that it is time by joint efforts to establish a global system of counteraction against the new threats and challenges. We hold that it is already necessary to work on the creation of such a global system now (Igor Ivanov-Coletiva à imprensa internacional- 20 de setembro de 2001)¹¹³.

Unindo isso ao outro destaque que fizemos do discurso de Ivanov na 56ª Assembléia da ONU, podemos perceber que a convergência da ameaça como foco da política externa russa para sua inserção no internacional, afastada do assunto Chechênia e da crítica dos demais Estados, por meio da apropriação do termo terrorismo, foi sendo cada vez mais silenciado nos discursos. A missão de observação e a retirada das tropas militares russas da Chechênia, até o 11 de setembro amplamente defendidas pelo Secretário-Geral da ONU, mesmo que só em seus pronunciamentos, pouco a pouco foi sendo esquecida. A normalização da agressão contra esses se solidifica nas ações de política externa russa, e pelo diálogo de política externa com a Europa e os Estados Unidos, há a naturalização do evento como terrorismo.

Consideramos, dessa forma, que a política externa não só reiterou a legalidade da agressão, como normalizou a situação no imaginário político internacional como luta antiterrorista. O Estado russo adquire, por esse viés, credibilidade pela reprodução de uma identidade vinculada a esse intertexto de ameaça internacional, e facilita a eliminação do texto da identidade chechena, que na linguagem do internacional só poderia pertencer a relações sintáticas de coordenação e subordinação, posto que não é um Estado.

Isso significa pela perspectiva desenvolvida nesta dissertação que nas relações internacionais a política externa celebra o mesmo e não inclui a alteridade constitutiva em seus discursos, tampouco em suas ações, ficando esses sem agência e sem estrutura. Exporta-se e importa-se a identidade nacional e mantêm-se os significados originais – tal como a indivisibilidade soberana – que impedem que as muitas vozes pelo menos comecem a se transformar em discursos plurais ou que ao menos sejam diálogos em seu sentido pleno. Isto é, que representem a dialogia, “a troca ou discussão de idéias, de opiniões, de conceitos, com vista à solução de problemas, ao entendimento ou à harmonia;comunicação” (Dicionário Aurélio – Século XXI). Por esse movimento, poderia se permitir que a

¹¹³Retirado do site do Ministério Russo das Relações Exteriores www.mid.ru .

política externa fosse veículo e reprodução da ética nas relações internacionais e na disciplina de RI's, partindo do pressuposto seminal de que ética é oposto de monólogo, pois como ressalta Umberto Eco: “Como nos ensinam as mais laicas entre as ciências humanas, é o outro, é seu olhar, que nos define e nos forma.” (Eco, 2001, p.81).